CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE LEGISLATIVA
SUPERVISÃO DE ANÁLISE E PESQUISA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL._____
SERVIDOR_____
MAT._____

RELATÓRIO DE ANÁLISE E PESQUISA LEGISLATIVA

Projeto de Indicação nº 136/2023
Autoria: Vereador Suíca Lula
Ementa: "Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia, Senhor Jerônimo Rodrigues, o estudo para viabilidade de técnica de implementação do ensino, em tempo integral, no Colégio Estadual Professora Mariinha Tavares localizada à Rua Pirapora, s/n, Pernambués, Salvador/BA, CEP 41100-430."

1. BASE REGIMENTAL

- A proposição objeto de estudo é regulamentada no Capítulo VII - Das Indicações, arts. 209 a 212[1] da Resolução 910/91 e suas alterações posteriores, sendo o texto do *caput* do art. 209, *in verbis: "*Art. 209. **Indicação é a proposição através da qual o Vereador: I - sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de Projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva**; **§1º** a indicação, na hipótese do inciso I, será objeto de requerimento escrito, despachado pelo Presidente e publicado no Diário do Legislativo."

2. DA ANÁLISE E PESQUISA

- Em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa, foi realizada pesquisa em banco de dados constituídos e constatamos a **inexistência** de proposição legislativa que verse especificamente sobre o consignado na epígrafe.

- Válido destacar que não há identidade com o PIN-135/2023, que "Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia Jerônimo Rodrigues, o estudo para viabilidade técnica de implementação do ensino, em tempo integral, no Colégio Estadual Kleber Pacheco localizado à Rua Numa Pompílio, s/n, Pernambués, Salvador/BA, CEP 41100-170", tendo em vista se referir a escola distinta.

Salvador, em 26 de junho de 2023

Laís Neves de Souza Pereira dos Santos
Supervisor de Análise e Pesquisa

Arthur Henrique Linhares Calvetti
Coordenadora de Análise Legislativa

[1] **Art. 210** Às Indicações não cabe emenda, e os respectivos pareceres e despachos serão submetidos à discussão e votação da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final. **Art. 211** Nenhuma Indicação poderá ser transformada em Requerimento ou Moção, para efeitos regimentais, através de emenda. **Art. 212** É vedada a apresentação de Indicação, na mesma sessão legislativa, que verse sobre o mesmo tema, mesmo que de Autores diferentes, prevalecendo, sempre, a ordem cronológica de apresentação.